

Dívida externa: banco plurinacional

14 ABR 1987

MÁRIO AMATO

O GLOBO

A dívida externa tem sido um dos assuntos nacionais mais discutidos e talvez menos compreendidos — em sua extensão e natureza. É necessário, para isso, levar em consideração diversos fatores, já ocorridos uns e em curso outros.

Em primeiro lugar, devemos lembrar que tudo começou com o artificialismo dos preços do petróleo, que de US\$ 1,80 o barril chegou a custar quase US\$ 40 em certos momentos. Nem o Brasil nem qualquer outro país estavam preparados, na época, para tão formidável impacto. Cada um procurou enfrentá-lo à sua maneira. Nós, pela nossa índole consumista e porque a Petrobrás tinha adotado política mais voltada para o refino do que para a produção — política que antes da crise do petróleo tinha sua razão de ser — fomos, de certo modo, apanhados numa armadilha.

O Brasil precisava do petróleo, sob pena de colapso. E os países produtores adotaram a política da venda do produto a vista. A preservação dos suprimentos passou a exigir, desta forma, financiamentos bancários, e o mecanismo era simples: os países produtores de petróleo aplicavam seus recursos em bancos ocidentais que, por sua vez, financiavam as compras dos países consumidores. Os chamados petrodólares eram, como se dizia na época, reciclados através dos bancos internacionais. O volume de petrodólares, gerado em período relativamente curto, e a relativa escassez de bons tomadores, isto é, de países com porte e condições para absorverem os financiamentos, resultaram na queda de preço desse dinheiro, que passou a ser oferecido a juros baixos.

Não cabe e não é possível mudar o passado. Portanto, não adianta discutir também se e como poderíamos ter sido mais prudentes, parcimoniosos e judiciosos na contratação desses empréstimos. O fato é que eles, bem ou mal, permitiram a continuidade do desenvolvimento brasileiro, e a economia brasileira subiu do 48º lugar no **ranking** internacional para se situar entre as dez primeiras. O Brasil, inegavelmente, foi um dos países que mais se beneficiou da oferta abundante e barata de crédito internacional e a força da iniciativa privada brasileira, mantendo crescimento constante das exportações e abastecimento satisfatório do mercado interno durante todo o período, ficou mais do que evidenciada. Nos anos de recessão de 1981 a 1983 chegamos até a exportar proporcionalmente mais do que o Japão.

Infelizmente, quando o preço do petróleo começou a recuar, em virtude mesmo do irrealismo, os juros internacionais começaram a subir, até em função da menor disponibilidade de petrodólares, mas, na prática, criando novo e inesperado ônus para os países em desenvolvimento e que poderiam, caso isto não ocorresse, saldar tranqüila-

mente os compromissos contraídos no período anterior, dada a melhoria dos saldos comerciais que passariam a obter.

Os EUA desempenharam papel importante nessa onda de pressão sobre os juros internacionais, uma vez que o financiamento do seu déficit comercial externo passou a exigir maior aporte de capitais para dentro da economia e esses capitais eram atraídos justamente por uma política interna de juros altos. Os países endividados viram-se, portanto, aprisionados numa roda infernal: uma imensa engrenagem, a da economia americana, para continuar girando, obrigava as pequenas engrenagens das economias periféricas a entrar num giro frenético. Neste giro, economias como a brasileira tomavam a cada ano maior quantidade de empréstimos, tanto para cobrir os serviços financeiros quanto para dispor de algum dinheiro novo. Assim, se tínhamos US\$ 10 bilhões de serviço, os bancos emprestavam 12 ou 15 e a diferença se adicionava ao principal da dívida, gerando novos juros. Esta ciranda acumulativa era também, em parte, gerada pelo financiamento do próprio déficit governamental brasileiro, que ainda hoje não conseguimos corrigir, haja vista o problema de bancos estaduais emissores virtuais de moeda, o empreguismo descontrolado, a ineficiência das estatais, enfim, uma série de problemas complexos e derivados até mesmo da natureza da política brasileira.

Uma vez evidenciado que não mais podemos pagar os juros e serviços da dívida sem grande sacrifício para a população, o que precisamos fazer, em termos práticos, não é nos desesperarmos, e nem rompermos nossos vínculos com a comunidade econômica e financeira à qual pertencemos, até por vocação natural, que é o mundo capitalista avançado. Precisamos é encontrar uma solução isenta de emocionalismo, de exageros verbais, ao mesmo tempo realista e satisfatória para nós e para os nossos parceiros.

Não é uma solução fácil, evidentemente. Mas é difícil vislumbrar qualquer solução da qual não participem integralmente os países devedores, os governos dos países credores e o bancos envolvidos. E, para isto, obviamente, é necessária negociação em dois níveis: o nível político, entre governos, e o nível privado, dos bancos com seus devedores. Mas ambas integradas e complementares.

Se admitirmos que os juros não precisam necessariamente ser pagos aos credores, porque eles podem ser ressarcidos por outras formas, e que não é o dinheiro em si mesmo que gera riqueza e sim os investimentos que se fazem com dinheiro, podemos chegar a uma fórmula racional e não emocional de superar esse grande impasse internacional.

Um banco plurinacional pode ser formado, encarregado de receber todos os juros devidos pelos em-

préstimos dos bancos particulares, mas em moedas locais dos devedores e operando com agências em todos os países devedores. Esses recursos, pagos pelas empresas, governos e entidades que tenham dívidas internacionais, seriam então aplicados em projetos e iniciativas produtivas nas próprias economias em desenvolvimento. Os bancos, hoje credores dos empréstimos e dos juros, teriam ações preferenciais desse banco plurinacional e, a médio prazo, seriam credores dos dividendos resultantes das aplicações produtivas.

A fim de que estas aplicações, tendo em vista seu grande volume, não venham a ser danosas, no futuro, para os países devedores, teria que haver uma regulamentação que determinasse a sua permanência por grande período de tempo sem remessa alguma de lucro para o exterior.

De certa forma, com algumas modificações, já está surgindo esta idéia no cenário internacional. Há pouco tempo, a imprensa noticiava a intenção de bancos japoneses de comprarem créditos do Brasil nos demais bancos credores.

Como disse Paul Volcker, Presidente do Banco da Reserva Federal dos EUA, no Senado americano, no último dia 7, "com seus enormes recursos humanos e materiais, o Brasil tem claro potencial de tornar-se uma das maiores potências econômicas do mundo. Sua força, competitividade, vitalidade e adaptabilidade já foram comprovadas várias vezes nos últimos anos".

Temos que fugir do impasse e, no meu entender, há de se procurar alguma idéia inovadora para debate do tema, deslocando-o da área onde a divergência de pontos-de-vista é insuperável para uma área onde pode haver convergência, se não em torno desta idéia específica, pelo menos em torno de formas de superação do problema.

Os políticos podem dizer que dívida não se paga com sangue, mas sim com dinheiro.

Os empresários, até mesmo pela sua formação cultural, tem que apontar caminhos viáveis. Aceitáveis para ambas as partes.

Este é o tipo de negócio em que já se entra sabendo de antemão que tem que dar certo, porque o impasse e o confronto atingiriam irremediavelmente a todos.

Os nossos credores estão fartos de saber que os países subdesenvolvidos não podem permanecer indefinidamente nesta situação, mormente quando já se tornou claro que o subdesenvolvimento de uns perturba e atrasa o desenvolvimento de todos. Assim, quando há fome na África e na Ásia, não são só a África ou a Ásia que sofrem e sim todo o corpo universal. Trata-se, portanto, de um mal que afeta toda a humanidade e precisa ser extirpado com o esforço de todos.

MÁRIO AMATO é Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fieap)